



# Alternativa patriótica e de esquerda

## Por um Portugal com futuro!

### Orçamento do Estado para 2019

Pela luta  
dos trabalhadores  
e do povo.

Por acção e proposta  
do PCP.

Avanços nos direitos  
e rendimentos.

Nos últimos anos foi possível travar retrocessos e alcançar avanços e progressos na reposição e conquista de direitos, inseparáveis da contribuição e intervenção do PCP e da luta dos trabalhadores.

Provou-se que o País não está condenado a ter como caminho a liquidação de direitos ou o agravamento das condições de vida.

Com a reposição de salários e direitos foi possível criar postos de trabalho e promover crescimento económico.

Mas pôr o País a avançar a sério, para dar solução aos problemas acumulados, isso exige uma outra política e um outro governo.

A resposta estrutural aos problemas do país não se faz com uma política amarrada a opções e eixos estruturantes da política de direita.

Não há solução para os problemas nacionais nem resposta ao desenvolvimento do País pela mão de governos PSD/CDS ou governos do PS.

A construção de um caminho alternativo, capaz de dar solução aos problemas do País só é possível com o PCP e o seu reforço.

Cada avanço, cada conquista vale por si. É obra da luta de massas e da acção do PCP. Mas não é na simples soma de avanços que está a verdadeira resposta que o país precisa.

É preciso um projecto alternativo, uma política patriótica e de esquerda. Impõe-se mobilizar energias, fazer confluir vontades e acção, fazer convergir todos aqueles que aspiram a um Portugal soberano e desenvolvido.

**O PCP luta por uma nova política e por uma alternativa patriótica e de esquerda. Por um Portugal com futuro!**



# Novos avanços por acção do PCP

A Proposta de OE para 2019 consolida e confirma o conjunto de medidas adoptadas nos três últimos anos, prossegue e alarga medidas neles inscritas, adopta e inscreve novos avanços e progressos na reposição e conquista de direitos.



## Aumento das pensões de reforma

Pelo terceiro ano consecutivo, e em 2019 pela primeira vez, a sua efectivação far-se-á integralmente a partir de Janeiro, concretizando e em alguns casos ultrapassando a recuperação do poder de compra que fora perdido com o congelamento do seu valor até 2015.

## Alargamento das condições de acesso à reforma de trabalhadores com longas carreiras contributivas

Eliminação do factor de sustentabilidade para quem se reforme com 60 anos de idade e 40 anos de descontos – um passo ainda distante do que defende o PCP: reforma sem penalização para trabalhadores com 40 anos de descontos.



## Extinção da colecta mínima no Pagamento Especial por Conta

Benefício a milhares de micro e pequenos empresários que estavam sujeitos a uma tributação antecipada e indevida por lucros não existentes.



## Manuais escolares gratuitos nos 12 anos de escolaridade obrigatória

Abrangendo 1 milhão e duzentas mil crianças e jovens que frequentam a rede pública.



## Alargamento do abono de família

Para crianças entre os 3 e os 6 anos, consolidando e ampliando os importantes avanços já registados nos três últimos OE para as crianças até 3 anos.



## Redução nos custos dos transportes públicos para os utentes

Pela valorização, embaratecimento e alargamento dos passes sociais intermodais nas áreas metropolitanas e dos títulos de transporte público nas restantes zonas do País.

## Redução do custo da electricidade e do gás natural



Fixação de um mecanismo que, combinando a redução parcial do IVA e a afectação de verbas resultantes da Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético pode vir a traduzir-se numa redução do custo da electricidade e do gás natural.

## Apoio extraordinário a desempregados de longa duração

Manutenção do regime de apoio extraordinário a desempregados de longa duração inscrito por iniciativa do PCP no OE de 2017 e ampliado em 2018, bem como melhoria das condições de acesso ao subsídio social de desemprego para os trabalhadores que, aguardando o processo de reforma, após o fim do subsídio de desemprego, perdiam o respectivo acesso.



# Alternativa patriótica e de esquerda

Com a luta dos trabalhadores e do povo e a iniciativa do PCP foi possível nestes três anos e será possível com esta Proposta de OE para 2019, recuperar direitos e rendimentos e melhorar as condições de vida do povo.

Mas a situação económica e social do País, continua a apresentar fragilidades, desequilíbrios e injustiças, fruto de mais de quatro décadas de política de direita.



**Inseparável da continuada intervenção do PCP, expressa em sucessivas iniciativas, são ainda de registar na proposta de Orçamento para 2019:**

- o apoio à agricultura familiar e à pesca artesanal;
- a aquisição de material circulante ferroviário e de navios para travessias fluviais;
- a redução nos custos das propinas;
- a redução do IVA em espectáculos culturais;
- o compromisso com a adopção de mecanismos de apoio a cuidadores informais;
- o propósito do reforço de meios para o combate à criminalidade económica e financeira;
- o reforço da protecção social nas condições e acesso à reforma dos trabalhadores das pedreiras.

A valorização dos avanços já inscritos não ilude que, em matérias várias, o alcançado está muito aquém do que o PCP propôs e pelo qual se continuará a bater, com a consciência que a resposta plena aos problemas do País é inseparável de uma política alternativa, patriótica e de esquerda.

Os últimos anos da nova fase da vida política nacional derrotaram a tese de que o único caminho para Portugal passava pelo empobrecimento e o retrocesso social.

A verdade é que a reposição de direitos e salários é um factor de crescimento económico.

Mas são avanços curtos e aquém do necessário e possível, devido às limitações que decorrem das opções do governo PS.

Portugal precisa de um rumo distinto do prosseguido pela política de direita. Um rumo verdadeiramente alternativo, que até hoje continua adiado.

Dar solução aos problemas do País e assegurar o seu desenvolvimento não é compatível com as imposições do grande capital, da UE e do Euro, nem com manter Portugal amarrado a uma dívida insustentável e submetido a essas políticas.

Não há solução para os problemas nacionais nem resposta ao desenvolvimento do País pela mão de governos do PS, PSD e CDS.



**A luta pela concretização de uma política e de uma alternativa patriótica e de esquerda é decisiva para elevar as condições de vida e de trabalho dos portugueses e dar resposta aos problemas:**

- promovendo o investimento produtivo e a produção nacional;
- superando os graves problemas sociais, num País com profundas injustiças e desigualdades;
- valorizando o trabalho e os trabalhadores;
- vencendo os graves problemas dos serviços públicos;
- recuperando a soberania monetária e libertando Portugal da subordinação ao Euro;
- inscrevendo como necessidade inadiável a renegociação da dívida, para libertar recursos para o desenvolvimento do País.

**É no PCP que está a garantia de construção de um caminho alternativo, capaz de dar solução aos problemas nacionais.**

## Por um Portugal com futuro!

### Em defesa dos trabalhadores do povo e do país.



# PS, PSD e CDS querem aprofundar a exploração

O Governo PS, depois de se combinar com as confederações patronais e a UGT, fez aprovar na generalidade, convergindo com o PSD e o CDS, propostas de alteração à legislação que mantém as normas gravosas da legislação laboral, como a caducidade da contratação colectiva e a recusa da aplicação do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador. Desta forma o Governo do PS promove o agravamento da exploração.

## Na legislação aprovada por PS, PSD e CDS, o que avança de mais negativo?

- **A legitimação da precariedade**, porque é estabelecido um valor médio "normal" de precariedade para cada sector. Até esse nível, toda a precariedade tornar-se-ia aceitável e, acima desse nível, bastaria às empresas o pagamento de uma taxa simbólica e a precariedade estaria automaticamente legitimada.
- **A generalização dos contratos de muito curta duração**, que passam de 35 para 70 dias, e que até agora só se aplicam aos sectores da agricultura e da hotelaria e passam a ser aplicados em qualquer sector.
- **O alargamento do Período Experimental de 90 para 180 dias**, ou seja, um trabalhador passa a poder estar à experiência numa empresa durante seis meses, findos os quais não será necessário qualquer justificação para o despedir e, por isso, não terá qualquer direito a apoios sociais.
- **O banco de horas grupal**, isto é, as empresas podem assegurar 150 horas de trabalho extraordinário à borla, de cada trabalhador.

As propostas do Governo estão ainda em debate na especialidade na Assembleia da República.

Com a mobilização e a luta dos trabalhadores é possível derrotar estes objectivos.



## Avançar sim! Andar para trás, não!

São os trabalhadores que produzem a riqueza!  
A riqueza tem de ser distribuída de forma mais justa!

Para o **PCP**, o caminho continua a ser o da valorização do trabalho e dos trabalhadores!



Avançar nos direitos  
Valorizar os trabalhadores

# Todos à Manifestação Nacional da CGTP

15 Nov. 2018 • 15h • Lisboa - Marquês de Pombal



Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados que nos permitirão contactar consigo.

NOME \_\_\_\_\_  
MORADA \_\_\_\_\_  
CÓDIGO POSTAL \_\_\_\_\_  
TELEFONE \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

Recorte e envie para:  
Partido Comunista Português - Rua Sgoeiro Pereira Gomes, 3 - 1600-196 Lisboa

## O PCP intervém e luta!

- Pelo aumento geral dos salários, para todos os trabalhadores, incluindo do Salário Mínimo Nacional para 650 €, a partir de Janeiro de 2019!
- Pelo aumento dos salários na Administração Pública, abrangendo todos os trabalhadores e visando a recuperação do poder de compra!
- Pela regulação dos horários de trabalho e pela redução para as 35 horas semanais para todos os trabalhadores, sem perda de direitos!
- Pela defesa da contagem de todo o tempo de serviço dos professores para progressão na carreira, concretizando assim a Lei do Orçamento do Estado/2018. Extensão desta medida a outros sectores da Administração Pública!
- Por melhores condições de trabalho, defendendo a saúde dos trabalhadores!
- Pelo direito à contratação colectiva, revogando a caducidade dos contratos colectivos de trabalho e repondo a norma do princípio do tratamento mais favorável!
- Pela defesa da Segurança Social Pública e Universal, garantindo a diversificação das suas fontes de financiamento e assegurando os direitos às gerações vindouras!
- Pelo direito à reforma sem penalizações aos 40 anos de descontos!
- Pela revogação das normas gravosas da legislação laboral!